

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3770  
[compras@uffrs.edu.br](mailto:compras@uffrs.edu.br) – [www.uffrs.edu.br](http://www.uffrs.edu.br)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 83/2019  
PROCESSO: 23205.003260/2019-54  
ENQUADRAMENTO LEGAL: Art. 24, Inc. XIII da Lei Nº 8.666/93.

### RELATÓRIO DE DISPENSA

Com base na documentação apresentada pelo solicitante da demanda originária do presente processo, podem-se elencar os seguintes esclarecimentos:

1. **Objeto:** Contratação Fundação para prestar serviço de apoio consistentes no gerenciamento administrativo e financeiro necessário à execução do Projeto “**Bolsa-técnico para os laboratórios multiusuários de programas de pós-graduação stricto sensu (PPG) na UFRS - Fundação Araucária Chamada Pública 10/2019.**”

Item	Especificação técnica	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação da Fundação de Apoio	Serviço	1	R\$ 7.020,00	R\$ 7.020,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 7.020,00</b>

2. **Pesquisa de Preço:** A pesquisa de preço foi balizada no parâmetro IV da IN 05/2014 MPOG, alterada pela IN 03/2017 MPOG, foi coleta somente um orçamento conforme abaixo:

FUNTEF-PR - FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UTFPR (02.032.297/0001-00) – Valor: R\$ 7.020,00 (Sete mil e vinte reais);

2.1. Para a compatibilidade do preço praticado pela, foi anexado ao processo os Termos de Contrato nº 41/2019 e nº 14/2019 e seus respectivos orçamentos (fls.175-201).

3. **Da justificativa escolha fornecedor:** A escolha do fornecedor leva em conta que é a única conveniada com a UFRS no estado do Paraná e que pode receber recursos da Fundação Araucária conforme Chamada Pública 10/2019 e também leva em consideração que esta é a Fundação que atualmente presta este serviço de gestão e pagamento das bolsas da Fundação Araucária para a UFRS, atendendo nossas necessidade institucionais.

4. **Da regularidade fiscal:** Com relação à REGULARIDADE FISCAL, em atendimento ao que preconiza o art. 29, da Lei nº 8.666/1993, informamos que a fundação apresentou todas as certidões válidas, conforme pode ser verificado nos autos do presente processo.

5. **Do enquadramento Legal:** A referida contratação será enquadrada como Dispensa de Licitação, Art. 24, Inc. XIII da Lei Nº 8.666/93.

**6. Da não aplicabilidade da IN 05/2017:** O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG emitiu a Instrução Normativa nº 05 de 2017, publicada em 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, acerca de tal normativa, informo que para esta contratação foi aplicada pelo setor requisitante somente a **etapa da elaboração do Projeto Básico**, não constando os Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos, conforme estabelece o Art.20 da referida IN, conforme segue:

### **CAPÍTULO III**

#### **DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

*Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:*

*I - Estudos Preliminares;*

*II – Gerenciamento de Riscos; e*

*III – Termo de Referência ou Projeto Básico.*

**§ 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber.**

*§2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do caput ficam dispensadas quando se tratar de:*

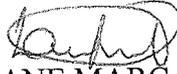
*a) contratações de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; (grifo nosso).*

**7. Dos critérios de sustentabilidade:** Solicita-se **no que couber**, que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- d) Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
- e) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- f) Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e
- g) Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;

- i) Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- j) Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, no que couber.

Chapecó-SC, 20 de dezembro de 2019.



LIDIANE MARCANTE

Chefe da Divisão de Licitação